



Prestação de Contas do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José dos Ramos - IPSMS, relativa ao exercício de 2003. Julga-se irregular a prestação de contas, quando não satisfeitas as disposições legais reguladoras da matéria. Assinação de prazo a atual administração para fins de correção das impropriedades constatadas. Aplicação de multa.

ACÓRDÃO APL TC 504/2007

RELATÓRIO

Trata o presente processo da prestação de contas anuais do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José dos Ramos - IPSMS, relativa ao exercício financeiro de 2003, tendo como gestor o Sr. Alexandre Gindre Caxias de Lima.

Ao analisar a documentação encartada nos autos deste processo o órgão de instrução levantou as seguintes irregularidades:

1. Não adequação da Lei previdenciária Municipal às exigências impostas pela legislação Previdenciária Federal, no tocante à concessão de benefício distinto do estabelecido na Portaria MPAS nº 4.992/99 (item 2).
2. Evidência de repasse a menor das contribuições previdenciárias de responsabilidade do Município (subitem 5.4).
3. Ausência de envio ao Chefe do Poder Executivo de solicitação da alteração da Lei previdenciária Municipal a fim de adequá-la à legislação Federal, no tocante à concessão de benefícios (item 2).
4. Ausência de envio, no balancete de abril/2003, de extrato bancário que evidencie todas as operações financeiras ocorridas no mês, descumprindo o art. 2º, da Resolução TC nº 07/97 (subitem 3.1.a).
5. Falta de cumprimento das obrigações patronais (subitem 3.1.b).
6. Déficit orçamentário, no montante de R\$ 44.539,76 (subitem 3.1.c, fls. 118).
7. Ausência de retenção e recolhimento de INSS e ISS devidos (subitem 3.2).
8. Ausência de extrato bancário, na PCA, que evidencie o saldo total em bancos, em 31/12/2003, descumprindo o art. 2º, § 1º, da Resolução TC nº 07/97 (subitem 3.3).
9. Encaminhamento do Relatório de Encerramento Financeiro em desconformidade com o que dispõe a Resolução TC nº 07/97 (item 4).
10. Realização de despesas administrativas acima do limite estabelecido pela Portaria MPAS nº 4.992/99¹ (subitem 5.3).

¹ Consta às fls. 120 do relatório da Auditoria que as Despesas Administrativas perfizeram o valor de R\$ 41.083,23, desta feita corresponderam a 4,20% do valor da remuneração dos servidores efetivos do município, (R\$ 977.317,71 - doc. às fls. 73). Por outro lado o art 17, inciso IX, § 3º da Portaria do MPAS nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC n.º 01700/04

11. Ausência de controle de dívida da Prefeitura para com o Instituto (subitem 5.4).
12. Ausência de realização da avaliação atuarial, referente ao exercício de 2003, descumprindo a Lei Federal nº 9.717/98 (subitem 5.5).
13. Situação irregular com relação a vários critérios avaliados pelo MPS² (subitem 5.6).

Por fim o órgão de instrução conclui que, face ao não enquadramento do Instituto dentro de várias exigências da legislação previdenciária em vigor, a existência do Instituto deve ser repensada como forma de garantir o futuro dos seus segurados.

Mesmo notificados o gestor e o ex-Prefeito do Município nada apresentaram em suas defesas.

Instado a se manifestar o órgão Ministerial, após tecer considerações, opinou em síntese:

- a) Pela irregularidade da prestação de contas;
- b) Fixação de prazo ao gestor do Instituto, para apresentação a este Tribunal de prova de adequação do órgão previdenciário às exigências contidas na Lei Federal nº 9.717/98 e na Portaria MPAS nº 4.992/99, ou promover, junto aos Poderes Executivo e Legislativo do Município, sua extinção;
- c) Aplicação da multa ao gestor com base no que dispõe o art. 56, II e VII da LOTC/PB;
- d) Anexação de cópia da decisão referente à presente análise aos autos da próxima Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município a ser apreciada para que seja evidenciada a situação do sistema securitário municipal.

Ressalta-se que a prestação de contas do exercício de 2002, sob a responsabilidade do mesmo gestor, foi julgada irregular através do Acórdão APL TC nº 348/2004 (fls. 113/114).

É o relatório, tendo sido expedidas as notificações de praxe.

VOTO

Comungo com o entendimento do Órgão Ministerial e voto no sentido de que este Egrégio Tribunal:

1) **julgue irregular** a prestação de contas do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José dos Ramos - IPSMS, da responsabilidade do Sr. Alexandre Gindre Caxias de Lima, relativa ao exercício de 2003, em face da desobediência de algumas exigências da legislação previdenciária em vigor.

4.992/99, estabelece que a taxa administrativa não poderá exceder a **dois pontos** percentuais da folha de pagamento;

² Conforme pesquisa ao "site" do MPAS, às fls. 90/91, os critérios não atendidos foram: caráter contributivo ente e ativo – repasse; caráter contributivo inativos e pensionistas – repasse; caráter contributivo inativos e pensionistas – alíquotas; demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial; demonstrativo financeiro; demonstrativo previdenciário; equilíbrio atuarial; observância dos limites de contribuição do ente; observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC n.º 01700/04

2) **Assine o prazo de 180** (cento e oitenta) dias à atual administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José dos Ramos - IPSMS **para atestar a viabilidade do sistema previdenciário em comento**, mediante o exame criterioso da possibilidade de sua adequação aos ditames da Legislação Federal, em especial às de nº 8.212/91 e nº 9.717/98, concretizando o quanto antes essa adequação, se possível; ou na impossibilidade de tal ocorrência, articular-se com os Poderes Municipais, a fim de promover a **extinção do sistema previdenciário em apreço**, dada a sua inviabilidade econômico-operacional, filiando seus servidores no Regime Geral de Previdência Social, sob pena de multa, de tudo fazendo prova junto a esta Corte;

3) **Aplique multa pessoal** ao gestor, Sr. Alexandre Gindre Caxias de Lima, no valor de R\$ 2.805,10, por descumprimento das normas da legislação previdenciária, com supedâneo no inciso II, do art. 56 da Lei Complementar nº 18/93, **assinando-lhe** o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, **para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual**, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à **multa**, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;

4) Determine a anexação de cópia da presente decisão referente aos autos da Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município, referente ao exercício de 2006, para que seja verificada a situação do sistema securitário municipal.

É como voto.

DECISÃO DO TRIBUNAL

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos do Processo TC nº 01700/04 referente à Prestação de Contas anuais do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José dos Ramos - IPSMS, relativa ao exercício financeiro de 2003, tendo como gestor o Sr. Alexandre Gindre Caxias de Lima, e

CONSIDERANDO os relatórios da Auditoria, o pronunciamento do Órgão Ministerial, o voto do Relator e o mais que dos autos consta;

ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, em sessão plenária realizada nesta data em:

1) **Julgar irregular** a prestação de contas do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José dos Ramos - IPSMS, da responsabilidade do Sr. Alexandre Gindre Caxias de Lima, relativa ao exercício de 2003, em face da desobediência de algumas exigências da legislação previdenciária em vigor;

2) **Assinar o prazo de 180** (cento e oitenta) dias à atual administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José dos Ramos - IPSMS, **para atestar a viabilidade do sistema previdenciário em comento**, mediante o exame criterioso da possibilidade de sua adequação aos ditames da Legislação Federal, em especial às de nº 8.212/91 e nº 9.717/98, concretizando o quanto antes essa adequação, se possível; ou na impossibilidade de tal ocorrência, articular-se com os Poderes Municipais, a fim de promover a **extinção do sistema previdenciário em apreço**, dada a sua inviabilidade econômico-operacional, filiando seus servidores no Regime Geral de Previdência Social, sob pena de multa, de tudo fazendo prova junto a esta Corte;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

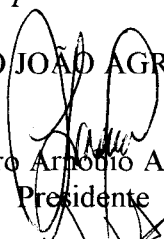
Processo TC n.º 01700/04

3) **Aplicar** multa pessoal ao gestor, Sr. Alexandre Gindre Caxias de Lima, no valor de R\$ 2.805,10, por descumprimento das normas da legislação previdenciária, com supedâneo no inciso II, do art. 56 da Lei Complementar nº 18/93, **assinando-lhe** o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, **para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual**, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à **multa**, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;

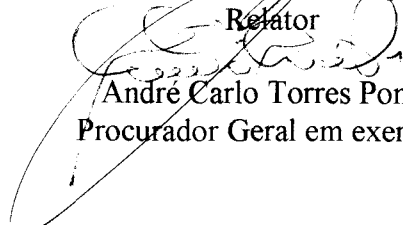
4) **Determinar** a anexação de cópia da presente decisão referente aos autos da Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município, referente ao exercício de 2006, para que seja verificada a situação do sistema securitário municipal.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- PLENÁRIO MINISTRO JOÃO AGRIPINO, 08 de agosto de 2007.


Conselheiro Antônio Alves Viana
Presidente


Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Relator


André Carlo Torres Pontes
Procurador Geral em exercício